

Continuação

6. Imposto de renda, contribuição social e impostos a recuperar:

Em 31 de dezembro de 2025, os saldos a recuperar de imposto de renda e contribuição social totalizavam R\$ 118.885 na controladora e R\$ 121.047 no consolidado (R\$ 188.320 e R\$ 188.544 em 2024, respectivamente), relacionados principalmente a créditos tributários extemporâneos decorrentes de subvenções governamentais para investimento, realizáveis por compensação com tributos correntes ou pedidos de ressarcimento. Os impostos a recuperar totalizavam R\$ 448.119 (R\$ 238.101 em 2024), compostos principalmente por créditos de PIS e COFINS apurados sobre operações de processamento de soja e produção de biodiesel. Em 2025, a Companhia reconheceu créditos extemporâneos de R\$ 65.637 relacionados ao benefício do Selo Social, dos quais R\$ 27.897 permaneciam registrados ao final do exercício, com expectativa de realização no curto prazo.

7. Estoques e adiantamentos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Aubos e fertilizantes	64.821	32.068	64.821	32.068
Defensivos	805.482	541.721	805.482	541.721
Biodiesel	171.869	110.971	171.869	110.971
Outros	87.235	101.295	87.235	101.295
Total registrados a custo de aquisição/produção	1.029.497	786.055	1.029.497	786.055
Grãos	829.515	587.004	829.515	587.004
Sementes	70.495	85.101	70.495	85.101
Óleo e farelo	225.097	324.271	225.097	324.271
Créditos de Carbono (Nota 7.1)	4.309	-	4.309	-
Total registrados a valor justo (Nota 8)	1.129.416	996.376	1.129.416	996.376
Total estoques	2.158.913	1.782.431	2.158.913	1.782.431
Adiantam. a fornecedores de estoques	123.633	138.557	123.633	138.557
Adiantam. a fornecedores outros	5.382	3.743	5.628	3.934
Total adiantamentos	129.015	142.300	129.261	142.491

Política contábil:

Os estoques são mensurados de acordo com a sua natureza e finalidade econômica, observando-se o disposto no CPC 16 - Estoques (IAS 2) e, quando aplicável, no CPC 46 – Mensuração do Valor Justo (IFRS 13).

Os estoques da Companhia compreendem, principalmente: (i) *commodities* agrícolas destinadas à comercialização (“*trading*”); (ii) grãos e matérias-primas; (iii) produtos em processo de industrialização; (iv) produtos acabados e derivados industriais; e (v) demais mercadorias, insumos e materiais auxiliares.

As *commodities* agrícolas como soja, milho e trigo são mensuradas a valor justo, deduzido dos custos de venda, e as variações no valor justo são reconhecidas diretamente no resultado do exercício em que ocorrem, devido a essas *commodities* se destinarem, substancialmente, a operações de *trading*, nas quais a mensuração a valor justo reflete de forma mais fidedigna o modelo de negócios da Companhia. Os itens derivados do processo produtivo, tais como óleo e farelo, também são considerados *commodities*. Esses itens são inicialmente valorizados ao custo de produção, com base nas ordens de produção, que compreendem: • o custo da matéria-prima (grãos) consumida, mensurada com base no preço de mercado; • os gastos com mão de obra direta; • outros custos diretos de produção; • a depreciação dos ativos utilizados no processo produtivo. Subsequentemente, a Companhia confronta o custo de produção com o preço de mercado do produto acabado e reconhece eventuais diferenças nas contas de ajustes de estoques a valor justo, deduzidos dos custos de venda, com contrapartida no resultado do período. As demais mercadorias de estoques são mensuradas pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor líquido realizável. Os custos desses estoques são determinados com base no método do custo médio ponderado, incluindo o preço de compra, impostos não recuperáveis, fretes e outros custos diretamente atribuíveis à aquisição. O valor líquido realizável corresponde ao preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos necessários para sua conclusão e dos gastos necessários para realizar a venda. O custo dos estoques é reconhecido no resultado quando os respectivos produtos são vendidos, sendo registrado na rubrica de custo dos produtos vendidos.

7.1 Créditos de Carbono:

A movimentação dos créditos de carbono no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 está apresentada abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	Quantidade	Valor
Reclassific. em 01/01/2025	14.438	1.012
Créditos emitidos	374.283	19.977
Créditos vendidos	(279.467)	(16.981)
Ajuste a valor justo	-	301
Saldo em 31/12/2025	109.254	4.309

Receita com venda de créditos de carbono

Custo dos créditos de carbono vendidos

Resultado bruto com créditos de carbono

Despesas de vendas de créditos de carbono

IRPJ sobre créditos de carbono

Impacto líquido dos créditos de carbono no resultado

Política contábil:

A Companhia é uma das empresas produtoras de biocombustíveis do Brasil, especializada na fabricação de biodiesel a partir da soja. O biodiesel produzido pela empresa representa uma alternativa mais sustentável em relação aos combustíveis fósseis, uma vez que sua queima resulta em emissões significativamente menores de dióxido de carbono (CO₂), contribuindo assim para a mitigação dos impactos ambientais relacionados ao efeito estufa. Em razão de seus benefícios ambientais, o biodiesel é elegível para a certificação de créditos de carbono - instrumento de incentivo à redução de emissões. Nesse contexto, a Companhia participa do programa RenovaBio, uma política nacional voltada à expansão da produção de biocombustíveis no Brasil com base na previsibilidade, sustentabilidade ambiental e eficiência energética. A Companhia possui certificação no Programa Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), instituído pela Lei nº 13.576/2017, para emissão de Créditos de Carbono, em conformidade com a Resolução ANP nº 758/2018 e regulamentações do Ministério de Minas e Energia (MME). Uma unidade de CBO representa uma tonelada de dióxido de carbono equivalente (ICO₂e) evitada. Os créditos de carbono (CBOs) são gerados pela Companhia no curso normal de suas atividades, nos termos da regulamentação aplicável ao mercado regulado de decarbonização, e têm como finalidade preponderante a comercialização no mercado, representando um instrumento econômico associado à redução de emissões de gases de efeito estufa. Esses créditos são negociados no mercado, por meio da plataforma da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão. Até 31 de dezembro de 2024, os créditos de carbono eram apresentados no balanço patrimonial na rubrica “Ativo ambiental”. E a partir de 2025, foram reclassificados para estoques, de acordo com a Orientação OPCPC 10 – Créditos de Carbono, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a qual estabelece que os créditos de carbono devem ser classificados de acordo com sua finalidade econômica. Essa mudança de classificação representa apenas uma alteração na apresentação, sem efeito sobre o reconhecimento ou mensuração dos ativos, e não teve impacto sobre o resultado do exercício. Os créditos de carbono classificados como estoques são mensurados inicialmente ao custo de geração e subsequentemente, são mensurados a valor justo, quando aplicável, com reconhecimento no resultado do período. A realização dos créditos de carbono ocorre, predominantemente, por meio de sua venda a terceiros, ocasião em que o respectivo valor é reconhecido no resultado do exercício, nas rubricas de receita e custo correspondentes.

8. Valor justo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Instrumentos financeiros ativos	1.467.928	1.026.110	1.891.145	1.244.677
Cédula de produtor rural - CPR (Nota 5)	959.762	624.018	1.382.979	842.585
Instrumentos financeiros derivativos	508.166	402.092	508.166	402.092
Contratos a termo de <i>commodities</i>	341.991	338.821	341.991	338.821
Operações de <i>hedge</i> - Ativo	52.115	4.991	52.115	4.991
Operações de <i>swap</i> sobre empréstimos	-	35.382	-	35.382
Operações de <i>NDF</i> - Ativo	111.101	22.898	111.101	22.898
Operações de opções - Ativo	2.959	-	2.959	-
Estoques a valor de mercado (Nota 7)	1.129.416	996.376	1.129.416	996.376
Grãos	829.515	587.004	829.515	587.004
Sementes	70.495	85.101	70.495	85.101
Óleo e farelo	225.097	324.271	225.097	324.271
Crédito de Carbono	4.309	-	4.309	-
Total ativo	2.597.344	2.022.486	3.020.561	2.241.053
Instrumentos financeiros passivos	1.039.275	1.355.828	1.039.884	1.355.828
Fornec. a fixar de <i>commodities</i> (Nota 13)	837.172	1.023.698	837.172	1.023.698
Instrumentos financeiros derivativos	202.103	332.130	202.712	332.130
Contratos a termo de <i>commodities</i>	112.032	78.032	112.032	78.032
Operações de <i>hedge</i> - Passivo	23.086	16.078	23.086	16.078
Operações de <i>swap</i> sobre empréstimos	33.977	3.331	34.586	3.331
Operações de <i>NDF</i>	33.008	234.689	33.008	234.689
Empréstimos, financiam. e debêntures	4.247.250	1.598.982	4.640.171	1.942.608
Total passivo	5.286.525	2.954.810	5.680.055	3.298.436

Política contábil:

A Companhia mensura determinados instrumentos financeiros - tais como derivativos, contas a receber decorrentes de Cédulas de Produto Rural (CPR) e fornecedores de *commodities* a fixar - bem como estoques de *commodities*, pelo valor justo em cada data de reporte. A mensuração do valor justo é baseada na premissa de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: (i) no mercado principal para o ativo ou passivo; ou (ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo, desde que tal mercado seja acessível à Companhia. Na mensuração do valor justo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação apropriadas às circunstâncias, para as quais existam dados suficientes e confiáveis, maximizando o uso de inputs observáveis relevantes e minimizando o uso de inputs não observáveis, conforme requerido pelas normas aplicáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são classificados na hierarquia do valor justo, com base no menor nível de *input* significativo para a mensuração como um todo, conforme segue: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; • Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e • Nível 3: *inputs* não observáveis para o ativo ou passivo.

Para ativos e passivos mensurados ao valor justo de forma recorrente, a Companhia avalia, ao final de cada período de divulgação, a ocorrência de transferências entre os níveis da hierarquia, reclassificando-os, quando aplicável, com base no menor nível de *input* significativo utilizado na mensuração do valor justo. Para fins de divulgação, a Companhia definiu classes de ativos e passivos com base em sua natureza, características e riscos, bem como no respectivo nível da hierarquia do valor justo em que se encontram classificados.

9. Investimentos:

O total de investimentos em controladas é composto da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Participação em controladas	132.234	134.522	-	-
Participação em coligadas	-	-	1.250	1.760
Participação em controladas em conjunto	-	-	17.265	3.419
Total dos investimentos	132.234	134.522	18.515	5.179

Investimentos em andamento:

No último trimestre de 2025 a Companhia iniciou o processo de aquisição das empresas Grão Pará Bioenergia e Grão Para Participações, com foco na produção de etanol de milho e DDG. Em 31 de dezembro de 2025 a referida aquisição estava condicionada ao cumprimento de condições precedentes e de aprovação pelas autoridades concorrenciais (CADE). Em 20 de fevereiro de 2026, foi obtida a aprovação do CADE para a aquisição das empresas e em 26 de fevereiro de 2026, a operação foi concluída com o pagamento de R\$ 15.000.

Política contábil:

Os investimentos em participações societárias da Companhia são classificados conforme o grau de influência exercido sobre as investidas: **Controladas:** As controladas são aquelas sobre as quais a Companhia exerce controle. Os investimentos em controladas são registrados pelo método da equivalência patrimonial, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. **Coligadas e joint ventures:** As coligadas e *joint ventures* são aquelas sobre as quais a Companhia exerce influência significativa ou controle conjunto. Os investimentos nessas entidades são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial. A participação da Companhia nos resultados das investidas reconhecidos por equivalência patrimonial é registrada no resultado do período, líquida dos efeitos tributários. Os investimentos são avaliados periodicamente quanto à existência de evidências objetivas de perda por redução ao valor recuperável. Quando identificada a necessidade de ajuste, o valor do investimento é reduzido ao seu valor recuperável, com o reconhecimento da perda no resultado do período.

10. Direito de uso e arrendamentos a pagar:

A Companhia possui contratos de arrendamento de lojas comerciais, armazéns e escritórios localizados nos estados do Rio Grande do Sul, Mato Grosso, São Paulo, Goiás e Minas Gerais. Além desses, em 2025 foram firmados novos contratos de arrendamento de fazendas destinadas ao cultivo de florestas de eucalipto no estado do Mato Grosso. As taxas de desconto aplicadas variam de 7,81% a 12,05% ao ano em 31 de dezembro de 2025 e 7,00% a 16,66% a.a. em 31 de dezembro de 2024. O prazo médio dos contratos é de aproximadamente 10 (dez) anos em 31 de dezembro de 2025 e 5 (cinco) anos em 31 de dezembro de 2024. A movimentação dos ativos de direito de uso no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é apresentada a seguir.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo em 31/12/2024	-	-	-	-
Adições de novos contratos	16.351	21.949	16.351	21.949
Remensurações de contratos	23.083	23.607	23.083	23.607
(-) Amortização do ativo de direito de uso	(7.533)	(7.533)	(7.533)	(7.533)
Saldo em 31/12/2025	40.267	44.071	40.267	44.071
Adições de novos contratos	10.674	18.106	10.674	18.106
Remensurações de contratos	1.874	2.258	1.874	2.258
(-) Amortização do ativo de direito de uso	(3.427)	(4.545)	(3.427)	(4.545)
Saldo em 31/12/2024	16.135	21.979	16.135	21.979
Passivo circulante em 31/12/2025	6.263	8.096	6.263	8.096
Passivo não circulante em 31/12/2025	35.759	37.412	35.759	37.412
Passivo circulante em 31/12/2024	5.344	7.416	5.344	7.416
Passivo não circulante em 31/12/2024	12.388	15.843	12.388	15.843

Política contábil:

De acordo com o CPC 06 (R2) – Arrendamentos, um contrato é classificado como arrendamento quando confere à Companhia o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período determinado, em troca de contraprestação. Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos futuros de arrendamento, líquidos de incentivos recebidos, descontados pela taxa incremental de empréstimo da Companhia na data de início do contrato. A taxa incremental de arrendamento é determinada com base na curva ponderada do CDI/Pré, acrescida do risco de crédito da Companhia e de um spread compatível com o risco do ativo subjacente. A Companhia adota o expediente prático previsto no CPC 06 (R2) de utilizar uma taxa de desconto única para contratos com características semelhantes e prazos equivalentes. O ativo de direito de uso é inicialmente mensurado ao custo, correspondente ao valor inicial do arrendamento a pagar, ajustado por pagamentos efetuados antes ou na data de início, custos diretos iniciais e obrigações estimadas de desmontagem ou restauração, quando aplicável. Subsequentemente, o ativo de direito de uso é depreciado pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento e ajustado por remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é atualizado pelo reconhecimento dos encargos financeiros ao longo do prazo contratual e reduzido pelos pagamentos efetuados. O passivo é remensurado sempre que houver alteração nos fluxos de caixa futuros decorrente de revisão do prazo do arrendamento, exercício ou não de opções de renovação ou rescisão, ou alteração nos pagamentos variáveis dependentes de índices ou taxas. A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para contratos classificados como de curto prazo (prazo inferior ou igual a 12 meses) ou que envolvam ativos de baixo valor, conforme permitido pelo CPC 06 (R2). Os pagamentos associados a esses contratos são reconhecidos linearmente no resultado ao longo do prazo contratual. Determinados contratos de arrendamento celebrados pela Companhia possuem cláusulas de pagamentos variáveis atreladas ao preço da *commodity* soja. Tais pagamentos variáveis não dependem de índice ou taxa financeira e, portanto, não integram a mensuração inicial do passivo de arrendamento, sendo reconhecidos diretamente no resultado do exercício em que são incorridos, conforme o CPC 06 (R2).

Incertezas sobre premissas e estimativas:

Para a mensuração inicial do ativo de direito de uso, a Companhia avalia o valor presente dos arrendamentos a pagar utilizando taxas de desconto específicas, definidas de acordo com os prazos e características dos contratos. As taxas de desconto são determinadas com base na curva ponderada CDI/Pré, acrescida do risco de crédito da Companhia e de um spread associado ao risco do ativo subjacente, conforme requerido pelo CPC 06 (R2) / IFRS 16. A determinação dessas taxas envolve julgamentos relevantes, especialmente no que se refere à data-base das curvas de juros utilizadas, bem como à avaliação do risco de crédito da Companhia, os quais podem impactar de forma significativa o valor reconhecido do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso.

11. Imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	2.620.688	1.929.185	2.638.711	1.947.515
Adições	1.732.182	772.978	1.732.210	773.213
Juros capitalizados	215.562	9.208	215.562	9.208
Baixas líquidas	(3.602)	(1.228)	(3.602)	(1.228)
Depreciação	(109.899)	(89.455)	(110.449)	(89.996)
Saldo final	4.454.931	2.620.688	4.472.432	2.638.711

Imobilizado em andamento:

As imobilizações em andamento em 31 de dezembro de 2025 se referem, principalmente, a ampliações de unidades da Companhia, com novos depósitos para grãos e insumos, além de ampliações nas indústrias. A Companhia segue com as reformas e ampliações na Indústria de extração de óleo de Juí/RS e de Cruz Alta/RS, com previsão de conclusão das obras durante o exercício de 2026. A indústria de Vera/MT segue com obras de melhoria da atual estrutura já em funcionamento, cuja conclusão está prevista ao longo da atual estrutura de 2026. Também existem obras em andamento relacionadas às novas filiais comerciais do Rio Grande do Sul e Mato Grosso, e a nova indústria de Etanol de Milho, em Porto Alegre do Norte/MT. No exercício de 2025, foi concluída uma fase das obras referentes aos projetos das Indústrias de Vera/MT, Cruz Alta/RS, Juí/RS e parte da indústria de etanol de milho em Porto Alegre do Norte - MT. Também foram realizadas imobilizações de lojas comerciais do Rio Grande do Sul e Mato Grosso. A taxa média ponderada dos encargos financeiros utilizada na determinação do montante dos custos de empréstimos sem destinação específica, a ser capitalizado como parte integrante dos ativos em construção, foi de 13,39% a.a. no período de janeiro a dezembro de 2025 (11,07% a.a. de janeiro a dezembro de 2024).

Política contábil:

Reconhecimento e mensuração:

Os itens do ativo imobilizado são reconhecidos pelo custo de aquisição e/ou construção, o qual compreende o preço de compra, os impostos não recuperáveis, os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e em condições de funcionamento pretendidas pela Administração, bem como os custos de empréstimos capitalizados, quando aplicável, em conformidade com o CPC 20 / IAS 23. Após o reconhecimento inicial, os ativos do imobilizado são mensurados ao custo, deduzido da depreciação acumulada e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), conforme o CPC 01 / IAS 36. Determinados itens do ativo imobilizado tiveram seus custos ajustados por meio da revisão do custo atribuído (*deemed cost*), de acordo com a Interpretação Técnica IPCC 10 (IFRS 1), aplicável à adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27, CPC 28, CPC 37 e CPC 43. A contrapartida do custo atribuído, bem como dos respectivos impostos diferidos, foi registrada na rubrica de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido. Quando partes significativas de um item do ativo imobilizado apresentam vidas úteis distintas, tais partes são reconhecidas e depreciadas separadamente, como componentes principais, em conformidade com o CPC 27 / IAS 16. Os ganhos e perdas decorrentes da alienação ou baixa de itens do ativo imobilizado são reconhecidos no resultado do período em que ocorrem. Custos subsequentes: Os custos incorridos após o reconhecimento inicial são capitalizados somente quando for provável que os benefícios econômicos futuros associados ao gasto fluirão para a Companhia e quando o custo puder ser mensurado de forma confiável. Os demais custos são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. Depreciação: A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada de cada ativo, de forma que o valor depreciável - correspondente ao custo do ativo, deduzido de seu valor residual, quando aplicável - seja alocado de maneira sistemática ao longo de sua vida útil. Terrenos e ativos em construção não são depreciados. As vidas úteis, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social, e quaisquer alterações nas estimativas são reconhecidas prospectivamente. A despesa de depreciação é reconhecida no resultado do exercício. No encerramento de cada exercício social, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos tangíveis e intangíveis com o objetivo de identificar a existência de indícios de perda por redução ao valor recuperável. Havendo tais indícios, o valor recuperável do ativo é estimado, a fim de mensurar eventual perda por desvalorização. Na data-base das demonstrações financeiras, a Companhia avaliou a existência de indicadores de que seus ativos com vida útil definida pudessem apresentar desvalorização relevante. Como resultado dessa avaliação, não foram identificadas evidências de que tais ativos estejam registrados por valores superiores àqueles passíveis de recuperação por meio do uso ou da venda. Abaixo evidenciamos a vida útil estimada por tipo de imobilizado:

Imobilizados

Vida Útil Estimada

Edificações e Prédios

entre 40 e 60 anos

Instalações

10 anos

Veículos

entre 5 e 10 anos

Máquinas e Equipamentos

10 anos

Móveis e Utensílios

10 anos

Equipamentos de Computação

5 anos

Aeronaves

5 anos

Outros

entre 5 e 10 anos

Intangível:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	54.082	18.550	55.253	19.334
Adições	32.440	36.231	33.195	36.711
Juros capitalizados	10.242	-	10.242	-
Baixas	(10.188)	-	(10.188)	-
Amortização	(1.320)	(699)	(1.639)	(792)
Saldo final	85.256	54.082	86.863	55.253

Intangível em andamento:

O intangível em andamento em 31 de dezembro de 2025, refere-se, substancialmente, a gastos incorridos no desenvolvimento interno de aplicações, customizações e integrações tecnológicas associadas ao ambiente SAP, incluindo soluções e automações de processos que suportam ganhos de eficiência operacional, integração de processos e melhoria dos controles internos. Tais investimentos estão relacionados a desenvolvimentos internos que resultam na criação de funcionalidades de propriedade intelectual da Companhia, que se conectam ao ambiente SAP e configuram recursos identificáveis e controlados pela entidade. Esses projetos são classificados como ativos intangíveis em fase de desenvolvimento, uma vez que ainda não se encontram disponíveis para uso, sendo capitalizados quando atendidos os critérios previstos no CPC 04, incluindo viabilidade técnica, intenção e capacidade de conclusão, bem como expectativa de geração de benefícios econômicos futuros atribuíveis à Companhia.

Política contábil:

Reconhecimento e mensuração:

Os ativos intangíveis são ativos não monetários identificáveis, reconhecidos quando é provável que benefícios econômicos futuros atribuíveis ao ativo fluirão para a Companhia e seu custo possa ser mensurado com confiabilidade, em conformidade com o CPC 04. Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados inicialmente ao custo. Os gastos com desenvolvimento interno de sistemas, aplicações tecnológicas, customizações e integrações são capitalizados quando atendidos os critérios de reconhecimento aplicáveis, incluindo viabilidade técnica, intenção e capacidade de conclusão, geração de benefícios econômicos futuros e mensuração confiável dos custos. Gastos incorridos na fase de pesquisa, manutenção ou atividades que não resultem na criação de recursos identificáveis e controlados pela Companhia são reconhecidos como despesa quando incorridos. Os ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso são classificados como intangível em andamento e não são amortizados. Amortização: Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de forma sistemática ao longo de suas vidas úteis estimadas, refletindo o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros. Quando esse padrão não puder ser determinado com confiabilidade, a amortização é reconhecida pelo método linear. A amortização tem início quando o ativo está disponível para uso, isto é, quando se encontra no local e condição necessários para operar da forma pretendida pela Administração. As vidas úteis, métodos de amortização e valores residuais são revisados periodicamente e ajustados prospectivamente quando aplicável. Ativos intangíveis com vida útil indefinida, quando existentes, não são amortizados e são testados anualmente quanto à redução ao valor recuperável.

13. Fornecedores:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores no mercado interno	1.923.423	959.544	1.926.622	987.111
Fornecedores no mercado externo	52.871	62.436	52.871	62.436
Fornecedores a fixar de <i>commodities</i> (Nota 8)	837.172	1.023.698	837.172	1.023.698
Total circulante	2.813.466	2.045.678	2.816.665	2.073.245
Fornecedores no mercado interno	37.953	26	37.953	26
Total não circulante	37.953	26	37.953	26

Operação de fornecedores a fixar de *commodities* refere-se à obrigação da Companhia com o produtor rural que já entregou produtos agrícolas, porém ainda não definiu a data de fixação do preço e por consequência o valor final da operação. Dessa forma, a obrigação de pagamento fica vinculada ao valor de mercado da *commodity* entregue até a data em que for fixado o preço, podendo ser realizado a qualquer momento, por decisão do produtor rural, sendo valorizadas ao valor justo, conforme descrito na Nota 8. Por não existir um prazo específico, bem como devido ao momento de fixação ocorrer por liberalidade do produtor rural, o saldo total dessas operações é classificado no passivo circulante.

Política contábil:

As contas a pagar a fornecedores representam as obrigações decorrentes da aquisição de bens e serviços no curso normal das atividades da Companhia. Tais obrigações são classificadas no passivo circulante quando o vencimento ocorre em até um ano após a data-base das demonstrações financeiras e, no passivo não circulante, quando o prazo de liquidação é superior a um ano. As contas a pagar relativas à aquisição de mercadorias para revenda de insumos agrícolas são reconhecidas inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, conforme o CPC 48 / IFRS 9. As contas a pagar decorrentes da aquisição de *commodities* agrícolas com preço a fixar (“fornecedores a fixar de *commodities*”) são reconhecidas pelo valor justo na data do recebimento dos produtos pela Companhia. Subsequentemente, o valor justo dessas obrigações, atrelado à variação dos preços das *commodities*, é ajustado com base nas cotações do mercado físico, com contrapartida no custo das mercadorias e produtos vendidos, de acordo com a política contábil adotada pela Companhia.

14. Empréstimos, financiamentos e debêntures:

	Controladora			
	Saldo em 31/12/2025	% sobre o Total	Saldo em 31/12/2024	% sobre o Total
Moeda estrangeira (USD)	942.712	22%	367.464	19%
Moeda nacional (BRL)	3.325.330	78%	1.524.557	81%
Total	4.268.042	100%	1.892.021	100%

	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2025	% sobre o Total	Saldo em 31/12/2024	% sobre o Total
Moeda estrangeira (USD)	942.712	20%	367.464	18%
Moeda nacional (BRL)	3.718.251	80%	1.699.415	82%
Total	4.660.963	100%	2.066.879	100%

As garantias da Companhia para os empréstimos, financiamentos e debêntures estão representadas conforme abaixo:

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Alienação fiduciária - imóveis	278.650	269.240
Avais	-	430.141
Estoques	1.323.808	493.590
Total	1.602.458	1.192.890

Em 31 de dezembro de 2025, no consolidado, além dos saldos provenientes da Controladora, existem saldos de empréstimos e financiamentos relacionados à instituição financeira que é controlada pela Companhia. Desta forma, considerando as características específicas dessas operações, tais saldos provenientes da controlada não possuem garantias. Os montantes registrados no passivo em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Até 1 ano	1.951.420	758.016	2.344.340	921.068
2 a 3 anos	641.087	443.837	641.086	455.643